

JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO

Referência: Modo de Disputa Aberto nº 001/2019 – Processo de Compra 514100-085/2019.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES NECESSÁRIOS À IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E GERENCIAMENTO DA REDE IP MULTISSERVIÇOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

Impugnante: Telemar Norte Leste S.A – em Recuperação Judicial (Oi Soluções).

1. RESUMO:

Trata-se de impugnação ao edital do pregão eletrônico referenciado, pela empresa Telemar Norte Leste S.A, doravante IMPUGNANTE, onde requer que seja revisto o instrumento convocatório.

2. ADMISSIBILIDADE DA IMPUGNAÇÃO

Em sede de admissibilidade da impugnação, foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, interesse processual, fundamentação e tempestividade, com fundamento na Lei Federal nº 13.303/2016.

A impugnação foi informada por meio de mensagem eletrônica encaminhada pela empresa Telemar Norte Leste S.A, em 20/03/2020, para o endereço eletrônico compras@prodemge.gov.br, portanto, encontrando-se TEMPESTIVA.

3. DA IMPUGNAÇÃO DA TELEMAR NORTE LESTE S.A:

Importante ressaltar que a análise e as respostas referente as questões técnicas apresentadas na impugnação foram realizadas pela Gerência de Controle de Níveis de Serviço – GCS, demandante do serviço, objeto desta licitação, por fugir à competência desta Agente de Licitação.

4. DO PEDIDO DA IMPUGNANTE

Requer a impugnante a análise das razões apresentadas, promovendo as alterações no instrumento convocatório, republicação e suspensão da realização do certame.

5. DOS PEDIDOS E ANÁLISE DAS RAZÕES APRESENTADAS:

1) DA GARANTIA:

Em relação a previsão de garantia contratual solicitada no item 8.5.8.3 do edital, alegando que a previsão é abusiva, considerando que os licitantes não terão conhecimento de quais órgãos/entes da Administração aderirão ao processo contrato da Rede IP.

DA ANÁLISE PELA PRODEMGE:

O artigo 69, V da Lei 13.303 determina que a garantia é cláusula necessária do contrato, sendo que o artigo 70 § 2º do mesmo diploma limita o valor da garantia de 5% do valor do contrato, não admitindo base de cálculo fluída. In Casu, a Prodemge seguindo a lei exige 0,5% do valor do contrato, percentual em muito que respeita o princípio da razoabilidade e proporcionalidade.

2) DA EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO:

Em relação a qualificação técnica solicitada no subitem 8.5.10.1 do edital e 8.1 do Anexo I – Termo de Referência, alega a IMPUGNANTE, que o documento solicitado está disponível na página da Anatel disponível para consulta.

Solicita ainda a readequação dos itens mencionados acima, solicitando apenas os extratos do contrato de Concessão ou Termo de Autorização pela Anatel.

DA ANÁLISE PELA PRODEMGE:

Os referidos documentos são considerados documentos equivalentes às cláusulas do Edital e Termo de Referência e, desta forma, primando pelos princípios da isonomia, celeridade e economia processual não há razão para alteração do Edital. Assim, a Prodemge entende a aceitação dos referidos documentos para comprovação da Qualificação Técnica.

3) DA POSSIBILIDADE DE SUBCONTRAÇÃO DOS SERVIÇOS, FUSÃO, CISÃO E INCORPORAÇÃO

Em relação a possibilidade de subcontratação dos serviços, fusão, cisão e incorporação, a IMPUGNANTE requer, que o não seja limitado o percentual decorrente da fusão, cisão ou incorporação.

DA ANALISE PELA PRODEMGE:

A lei 8.666/93 não é regente do certame. Na presente licitação aplica-se a 13.303/2016. Neste sentido, a impugnação do item 3 não merece respaldo, pois o item editalício impugnado está em consonância com o artigo 78 da referida legislação e com o artigo art.164 do RILC da Prodemge, ambos regulamentando o instituto da subcontratação.

4) DOS ASPECTOS TÉCNICOS DO EDITAL:

Sobre o subitem 1.11.2 Anexo 1.3 do Lote X – SD-WAN e 5.8.4 Do Termo de Referência, alega a IMPUGNANTE, dupla interpretação dos requisitos técnicos.

DA ANÁLISE PELA PRODEMGE:

Não existe possibilidade de dupla interpretação entre os itens apresentados. A tabela 5.8.4 apresenta valores gerais, que se aplicam a todos os lotes, enquanto o item 11.2 apresenta uma característica específica do lote que se sobrepõe a característica geral que se faz necessária para atender às necessidades das entidades que serão usuárias do serviço.

5) DO PEDIDO DE JULGAMENTO DA IMPUGNAÇÃO NO PRAZO DE 24 HORAS:

A IMPUGNANTE requer, que o julgamento da impugnação ocorra no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, com as alterações de edital, republicação e suspensão do certame.

DA ANÁLISE PELA PRODEMGE:

A solicitação apresentada pela IMPUGNANTE, não pode ser considerada, pois o instrumento convocatório prevê nos subitens 13.16 e 13.17:

13.16 – *Apresentada a impugnação ou pedidos de esclarecimentos, estes serão respondidos ao(s) interessado(s), dando ciência aos demais adquirentes do Edital, em até 03 (três) dias úteis.*

13.17 – *A contagem do prazo a que se refere o subitem anterior iniciará no primeiro dia útil seguinte em que a impugnação for recebida.*

Ainda de acordo com o § 1º, art. 87 da Lei 13.303/2016:

Art. 87. O controle das despesas decorrentes dos contratos e demais instrumentos regidos por esta Lei será feito pelos órgãos do sistema de controle interno e pelo tribunal de contas competente, na forma da legislação pertinente, ficando as empresas públicas e as sociedades de economia mista responsáveis pela demonstração da legalidade e da regularidade da despesa e da execução, nos termos da Constituição.

*§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a ocorrência do certame, **devendo a entidade julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis**, sem prejuízo da faculdade prevista no § 2º. (grifo nosso)*

Diante das informações apresentadas acima, e considerando que o presente certame é regido pela Lei 13.303/2016, o prazo solicitado pela IMPUGNANTE, não está de acordo com o previsto em LEI.

6) DECISÃO

Diante do exposto, sem mais nada a evocar, respeitados os princípios dispostos na legislação vigente, esta agente de licitação, equipe de apoio e área técnica demandante conhecem a impugnação apresentada pela licitante Telemar Norte Leste S.A.

Considerando que as razões apresentadas não foram suficientes, considero IMPROCEDENTE a alegação da impugnante, sendo mantidos o presente edital e seus anexos.

Registre-se que a abertura da sessão pública e realização da etapa competitiva do presente certame, permanecerá no dia 27/03/2020 às 09:00, conforme publicação por meio do Diário Oficial do Estado de Minas Gerais no dia 07/03/2020.

Belo Horizonte, 25 de março de 2020

Agente de Licitação
Gerência de Compras